Interface gráfica do usuário, Texto

Descrição gerada automaticamente

Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Nova Transportadora do Sudeste S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários sob a categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 200, 23º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o n.º 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0026999-1, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas deste instrumento ("Companhia");

e, de outro lado,

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas deste instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares de Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas");

sendo a Companhia e o Agente Fiduciário designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Nova Transportadora do Sudeste S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

# Autorizações

## A celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, objeto desta Escritura de Emissão (respectivamente, "Debêntures" e "Emissão"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), serão realizadas com base na reunião do conselho de administração da Companhia realizada em [•] de [•] de 2022 ("Aprovação Societária da Companhia").

# Requisitos

## A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

### *arquivamento e publicação dos Atos Societários*. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a Aprovação Societária da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no jornal "Diário Comercial" e na respectiva página de tal jornal na rede mundial de computadores.

### *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como do artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA.

### *depósito para distribuição*. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3;

### *depósito para negociação*. Observado o disposto na Cláusula 3.7 abaixo, as Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3;

### *registro da Oferta pela CVM*. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Capitais, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e

### *registro da Oferta pela ANBIMA*. A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 16 e seguintes do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 6 de maio de 2021.

# Características da Emissão

## *Objeto Social da Companhia*. A Companhia tem por objeto social (i) a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos ("Gasodutos"), bem como das instalações correspondentes, visando atender ao transporte de gás natural através dos Gasodutos ("Transporte"); (ii) o desenvolvimento de atividades auxiliares ou correlatas direta ou indiretamente relacionadas com o Transporte; (iii) a construção, instalação, operação e/ou manutenção de outras instalações relacionadas ao setor de energia, incluindo gasodutos, terminais ou qualquer outra instalação de armazenamento, tratamento, liquefação ou processamento; e (iv) a participação em outras sociedades, conforme itens (i) a (iii) acima, como quotista ou acionista.

## *Número da Emissão*. As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Companhia.

## *Séries*. A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo a primeira série composta por 1.000.000 (um milhão) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"), a segunda série composta por 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série"), e a terceira série composta por 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) Debêntures ("Debêntures da Terceira Série").

## *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$3.700.000.000,00 (três bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

## *Destinação dos Recursos*. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 2ª (segunda) emissão de Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. (sucedida pela Companhia como resultado de incorporação).

## *Colocação*. As Debêntures serão objeto da Oferta, a qual será realizada sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures ("Garantia Firme"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas para coordenar e intermediar a Oferta ("Coordenadores" sendo a instituição intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 3 (Três) Séries, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 3ª (Terceira) Emissão da Nova Transportadora do Sudeste S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

###### O público alvo da Oferta será composto por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021 ("Investidores Profissionais"), podendo os Coordenadores, para realizar a distribuição das Debêntures, acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM 476.

###### *Negociação.* As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, exceto pelo lote de Debêntures objeto da Garantia Firme indicado no momento da subscrição, se houver, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, e observado, ainda, o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## *Agente de Liquidação e Escriturador*. O agente de liquidação desta Emissão ("Agente de Liquidação") e o escriturador das Debêntures ("Escriturador") será Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91.

# Características Gerais das Debêntures

## *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será [•] de [•] de 2022 ("Data de Emissão").

## *Data de Início da Rentabilidade.* Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures de cada série será a data da 1ª (primeira) integralização de Debêntures da respectiva série ("Data de Início da Rentabilidade").

## *Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade*. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3 o extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.

## *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

## *Espécie*. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia.

## *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão:

### as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de [•] de 2027 ("Data de Vencimento da Primeira Série");

### as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de [•] de 2029 ("Data de Vencimento da Segunda Série"); e

### as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vigência de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de [•] de 2032 ("Data de Vencimento da Terceira Série").

## *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

## *Quantidade de Debêntures Emitidas*. Serão emitidas 3.700.000 (três milhões e setecentas mil) Debêntures.

## *Prazo, Preço de Subscrição e Forma de Integralização.* Observado o disposto no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas e integralizadas dentro do período de distribuição previsto nos artigos 7º‑A, 8º, parágrafo 2º, e 8º‑A da Instrução CVM 476, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Data de Início da Rentabilidade corresponderá ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização.

## *Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário*. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

## *Remuneração.*

###### *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Primeira Série" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série").

###### A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da Primeira Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo), data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula: [***Nota PG: IBBA, favor rever a fórmula*.]**

J = VNe x (Fator Juros – 1)

Onde:

J = valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

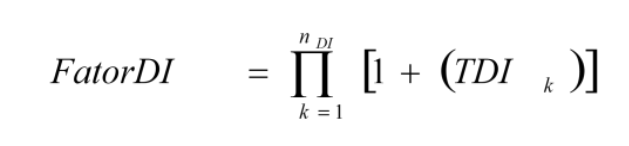
VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa da Primeira Série), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator Juros = (Fator DI x Fator Spread)

Onde:

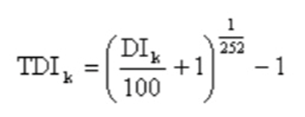
Fator DI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

nDI = número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro.

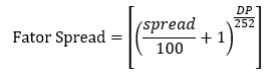
TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Onde:

DIk = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = Sobretaxa da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

*spread* = 1,3000.

DP = número de dias úteis entre o último período de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

###### Observações:

###### Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

###### Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

###### O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

###### A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

###### *Remuneração das Debêntures da Segunda Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Segunda Série" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série").

###### A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da Segunda Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo), data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula: [***Nota PG: IBBA, favor rever a fórmula*.]**

J = VNe x (Fator Juros – 1)

Onde:

J = valor unitário da Remuneração da Segunda Série devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

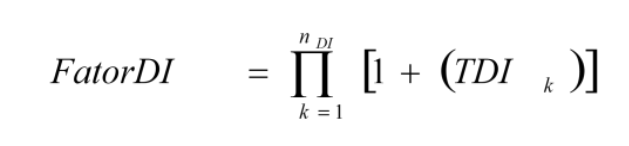
VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa da Segunda Série), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator Juros = (Fator DI x Fator Spread)

Onde:

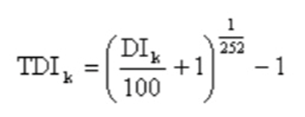
Fator DI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

nDI = número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro.

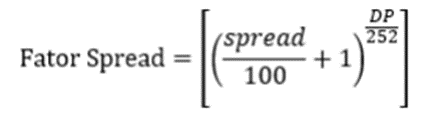
TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Onde:

DIk = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = Sobretaxa da Segunda Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

*spread* = 1,6000.

DP = número de dias úteis entre o último período de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

###### Observações:

###### Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

###### Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

###### O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

###### A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

###### *Remuneração das Debêntures da Terceira Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Terceira Série" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Terceira Série" e, quando em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração").

###### A Remuneração da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da Terceira Série em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo), data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro. A Remuneração da Terceira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula: [***Nota PG: IBBA, favor rever a fórmula*.]**

J = VNe x (Fator Juros – 1)

Onde:

J = valor unitário da Remuneração da Terceira Série devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

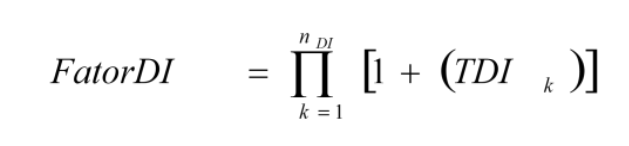
VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da Terceira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa da Terceira Série), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator Juros = (Fator DI x Fator Spread)

Onde:

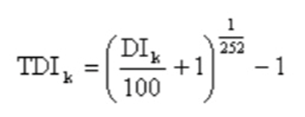
Fator DI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

nDI = número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro.

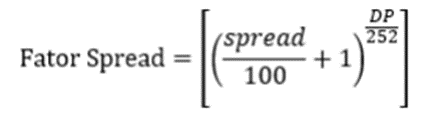
TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



Onde:

DIk = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = Sobretaxa da Terceira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

*spread* = 1,8500.

DP = número de dias úteis entre o último período de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

###### Observações:

###### Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

###### Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

###### O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

###### A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

###### O cálculo da Remuneração será realizado considerando os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas e Notas Comerciais – CETIP21", disponível para consulta na página da B3 na internet (<http://www.b3.com.br>).

###### Observado o disposto na Cláusula 4.11.9 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações, multas ou penalidades entre a Companhia e o titular das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

###### Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas de cada série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 9 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas da respectiva série, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da respectiva série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração de cada série. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) da respectiva série, a Companhia deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da respectiva série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva série devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, sem a incidência, nesse caso, de qualquer prêmio. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Companhia. Nesse caso, para cálculo da Remuneração da respectiva série das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que haja a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

###### Para fins desta Escritura de Emissão, "Período de Capitalização" significa (i) para o 1º (primeiro) Período de Capitalização das Debêntures, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade (inclusive) e termina na 1ª (primeira) Data de Pagamento da Remuneração (exclusive); e (ii) para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

## *Pagamento da Remuneração.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado das Debêntures e/ou de amortização extraordinária das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sempre no dia [•] ([•]) dos meses de [•] e [•] de cada ano, sendo:

### o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração da Primeira Série devido em [•] de [•] de 2023 e o último na Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série");

### o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração da Segunda Série devido em [•] de [•] de 2023 e o último na Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série"); e

### o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração da Terceira Série devido em [•] de [•] de 2023 e o último na Data de Vencimento da Terceira Série (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, "Data de Pagamento da Remuneração").

###### Farão jus ao recebimento da Remuneração da respectiva série, bem como demais valores devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, aqueles que forem titulares de Debêntures da respectiva série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão.

## *Amortização Programada.*

###### *Amortização Programada das Debêntures da Primeira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou de amortização extraordinária das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais consecutivas, devidas sempre no dia [•] ([•]) do mês de [•], sendo a primeira parcela devida em [•] de [•] de 2026, e a última parcela será devida na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização da Primeira Série") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Parcela | Data de Amortização da Primeira Série | Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado |
| 1ª | [•] de [•] de 2026 | [•]% |
| 2ª | Data de Vencimento | 100,0000% |

###### *Amortização Programada das Debêntures da Segunda Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou de amortização extraordinária das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Amortização da Segunda Série").

###### *Amortização Programada das Debêntures da Terceira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Série, de resgate antecipado das Debêntures da Terceira Série e/ou de amortização extraordinária das Debêntures da Terceira Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, devidas sempre no dia [•] ([•]) do mês de [•], sendo a primeira parcela devida em [•] de [•] de 2030, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures da Terceira Série, de acordo com as datas indicadas na 2ª (segunda) coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização da Terceira Série") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Parcela | Data de Amortização da Terceira Série | Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado |
| 1ª | [•] de [•] de 2030 | [●]% |
| 2ª | [•] de [•] de 2031 | [●]% |
| 3ª | Data de Vencimento | 100,0000% |

## *Local de Pagamento*. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

## *Prorrogação dos Prazos**.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos sujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3.

###### Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente integral nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente integral nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

## *Encargos Moratórios*. Sem prejuízo da Remuneração da respectiva série, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida e não paga aos Debenturistas da respectiva série nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii)juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, deste a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").

## *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia na forma da Cláusula 4.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos Encargos Moratórios (se aplicável) no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento*.*

## *Repactuação Programada*. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

## *Publicidade.* Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal "Diário Comercial" [e na respectiva página de tal jornal na rede mundial de computadores] ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Companhia na rede mundial de computadores (https://ri.ntsbrasil.com/), observado o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data de sua realização, sendo certo que, caso a Companhia altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações. [***Nota PG: favor confirmar.*]**

## *Imunidade de Debenturistas.*Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

## *Classificação de risco (rating).* Foi contratada, como agência de classificação de risco da Oferta, a [•], que atribuirá *rating* às Debêntures. [***Nota PG: Companhia, favor confirmar a agência de rating.***]

## [*Redução de Capital Previamente Aprovada*. Cada um dos Debenturistas, ao subscrever e integralizar as Debêntures no mercado primário ou ao adquirir as Debêntures no mercado secundário, será considerado como tendo aprovado, automática, voluntária, incondicional, irretratável e irrevogavelmente, independentemente da realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), inclusive para efeitos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, uma ou mais reduções do capital social da Companhia, a serem oportunamente aprovadas pelos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral extraordinária, até a Data de Vencimento da Terceira Série, desde que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições (cada redução de capital da Companhia realizada nos termos desta Cláusula, uma "Redução de Capital Previamente Aprovada"): [***Nota PG: favor confirmar se será mantido e verificar valores.***]

### o somatório de todas as Reduções da Capital Previamente Aprovadas seja igual ou inferior a [R$3.200.000.000,00 (três bilhões e duzentos milhões de reais)];

### o capital social da Fiadora, imediatamente após a aprovação de qualquer Redução de Capital Previamente Aprovada, seja de, no mínimo, [R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)];

### na data de aprovação de cada Redução de Capital Previamente Aprovada e na data da efetiva transferência dos recursos de cada Redução de Capital Previamente Aprovada, não tenha ocorrido e esteja em curso (a) qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer Evento de Inadimplemento;

### o Índice Financeiro (conforme definido abaixo), calculado *pro forma* com base na última versão das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) divulgadas, e considerando como se a respectiva Redução de Capital Previamente Aprovada tivesse ocorrido no último dia de tais Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas, permaneça atendido; e

### na data de aprovação de cada Redução de Capital Previamente Aprovada e na data da efetiva transferência dos recursos de cada Redução de Capital Previamente Aprovada, seja apresentada ao Agente Fiduciário uma declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (a) o atendimento a todas as condições previstas nesta Cláusula 4.22; e (b) o cálculo do Índice Financeiro nos termos do inciso IV acima.]

# Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária, Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa

## *Resgate Antecipado Facultativo Total.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de [•] de [•] de 2024, inclusive, com relação às Debêntures da Primeira Série, [•] de [•] de 2025, inclusive, com relação às Debêntures da Segunda Série, e [•] de [•] de 2027, inclusive, com relação às Debêntures da Terceira Série, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures de todas ou de qualquer das séries ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração da respectiva série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e (c) de prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva série, incidente sobre o [valor do resgate antecipado descrito no item (a) acima] {*ou*} [sobre a soma dos valores do resgate antecipado descritos nos itens (a) e (b) acima]. [***Nota PG: IBBA, favor confirmar.***]

###### Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma Data de Amortização e/ou Data de Pagamento da Remuneração, o prêmio previsto no item (c) da Cláusula 5.1 acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após o referido pagamento.

###### O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo que na comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.1 acima, e (ii) de prêmio de resgate; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

###### O Resgate Antecipado Facultativo Total para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado por meio do Escriturador.

###### As Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

###### Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

## *Amortização Extraordinária.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de [•] de [•] de 2024, inclusive, com relação às Debêntures da Primeira Série, [•] de [•] de 2025, inclusive, com relação às Debêntures da Segunda Série, e [•] de [•] de 2027, inclusive, com relação às Debêntures da Terceira Série, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures de todas ou de qualquer das Séries ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente à (a) parcela do Valor Nominal das Debêntures da respectiva série (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração da respectiva série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures mais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária e de (c) prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária e a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva série, incidente sobre [o valor do resgate antecipado descrito no item (a) acima] *{ou}* [a soma dos valores do resgate antecipado descritos nos itens (a) e (b) acima]. [***Nota PG: IBBA, favor confirmar.***]

###### Caso a data de realização da Amortização Extraordinária coincida com uma Data de Amortização e/ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, o prêmio previsto no item (c) da Cláusula 5.2 acima e os demais cálculos deverão ser efetuados sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série objeto da Amortização Extraordinária apurada após os referidos pagamentos.

###### A Amortização Extraordinária das Debêntures somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas da respectiva série, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, a B3 e a ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva Amortização Extraordinária das Debêntures ("Comunicação de Resgate"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data da Amortização Extraordinária; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.2 acima, (ii) de prêmio de amortização extraordinária; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

###### A Amortização Extraordinária para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária será realizada por meio do Agente de Liquidação.

###### A realização da Amortização Extraordinária deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso.

## *Oferta de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, endereçada a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, sendo assegurado a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação individual enviada aos Debenturistas da respectiva série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 acima ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures e, no caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, indicar a quantidade de Debêntures objeto da referida Oferta de Resgate Antecipado; (b) o valor do prêmio de resgate, caso existente; (c) a forma de manifestação, à Companhia, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Companhia no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Companhia somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

###### A Companhia poderá condicionar a oferta de resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

###### O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração da respectiva série e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

###### [Caso a Companhia opte pela realização da oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a referida oferta foi originalmente direcionada, o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em edital, sendo certo que todas as etapas desse procedimento, como habilitação, apuração, validação e quantidades serão realizadas fora do âmbito da B3. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado.] [***Nota PG: favor confirmar se haverá possibilidade de Oferta de Resgate Parcial.***]

###### As Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

###### O resgate antecipado parcial ou total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados pela B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.

###### A B3 e a ANBIMA deverão ser notificadas pela Companhia sobre a realização de resgate antecipado parcial ou total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o "de acordo" do Agente Fiduciário.

## *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 14 a 19 da Resolução da CVM n.º 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, desde que observe as eventuais outras regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) divulgadas. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Debêntures.

# Vencimento Antecipado

## Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.1.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos da Cláusula 6.1.5 abaixo, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1.1 abaixo e 6.1.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

###### Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo:

inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da respectiva data de pagamento;

não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.5 acima;

cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo;

liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo;

(a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento ou homologação do respectivo pedido. Para fins desta Escritura de Emissão, (i) "Controlada" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle), direta ou indiretamente, por tal pessoa, e (ii) "Controle" significa o controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) "Controlada Relevante" significa uma Controlada da Companhia que represente, individualmente, 15% (quinze por cento) da receita operacional bruta consolidada da Companhia, apurada com base nas suas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas;

transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

cisão, fusão, incorporação (no qual referida sociedade é a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia, exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou

se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade;

redução de capital social da Companhia, exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou

para a absorção de prejuízos; ou

[por uma Redução de Capital Previamente Aprovada;]

alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração de sua atividade principal;

vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas. Para fins desta Escritura de Emissão, "Dívida Financeira" significa o somatório de qualquer valor devido, no Brasil e no exterior, no passivo circulante e no passivo não circulante, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) passivos decorrentes de derivativos; e (iii) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de pessoas não consolidadas nas demonstrações financeiras; ou **[*Nota PG*: *IBBA, favor confirmar threshold*.]**

declaração judicial de invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão não revertida no prazo legal aplicável.

###### Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.1.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

incorreção, em qualquer aspecto relevante, ou falsidade de qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão;

ocorrência da Alteração do Controle (conforme definido abaixo) da Companhia, exceto se:

previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou

cumulativamente:

a Alteração do Controle da Companhia não resultar, com base em relatório emitido imediatamente após ter sido anunciada ou ocorrida a referida Alteração do Controle, em rebaixamento, por Agência de Classificação de Risco, da classificação de risco (*rating*) corporativo da Companhia emitida por Agência de Classificação de Risco, em escala nacional, em 1 (uma) nota ou mais em relação à classificação de risco (*rating*) corporativo da Companhia vigente na Data de Emissão, em escala nacional. Para fins desta Escritura de Emissão, "Agência de Classificação de Risco" significa Moody's, Standard & Poor's ou Fitch Ratings; e

tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de fechamento (*closing*) da Alteração do Controle da Companhia, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade.

Para fins desta Escritura de Emissão, (a) "Alteração do Controle" significa fundos ou sociedades geridos ou controlados, direta ou indiretamente, pela Brookfield Asset Management, Inc. ("Investidor Estratégico"), isolada ou conjuntamente com quaisquer outros integrantes do Grupo de Controle, deixarem de efetivamente exercer o poder de Controle sobre a Companhia, direta ou indiretamente. Para que não haja dúvida, não será considerada uma Alteração do Controle qualquer transferência direta ou indireta de participação na Companhia por quaisquer integrantes do Grupo de Controle, entre eles e/ou para terceiros, desde que, após tal transferência, (i) o Investidor Estratégico, isolada ou conjuntamente com quaisquer outros integrantes do Grupo de Controle, continue a exercer efetivamente o Controle, direta ou indiretamente, da Companhia, (ii) o Investidor Estratégico, direta ou indiretamente, continue a ser o único ou o maior acionista individual do Grupo de Controle; e (iii) a soma das participações societárias dos integrantes do Grupo de Controle na Companhia seja a qualquer momento maior que 50% (cinquenta por cento), e (b) "Grupo de Controle" significa um grupo de acionistas que exerça efetivamente o Controle da Companhia, direta ou indiretamente. Apenas para referência, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o Grupo de Controle é formado por fundos ou sociedades geridos ou controlados, direta ou indiretamente, pelo Investidor Estratégico, British Columbia Investment Management Corporation (BCI), CIC Capital Corporation (subsidiária integral da China Investment Corporation - CIC), GIC Private Limited (GIC) e Itaúsa S.A.

inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Dívida Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato; **[*Nota PG*: *IBBA, favor confirmar threshold*.]**

protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, (a) tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s); ou (b) a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, conforme o caso, tiver apresentado garantias em juízo em valor, no mínimo, correspondente ao(s) montante(s) protestado(s); **[*Nota PG*: *IBBA, favor confirmar threshold*.]**

inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de qualquer decisão judicial final transitada em julgado e/ou de qualquer decisão administrativa e/ou arbitral não sujeita a recurso, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; **[*Nota PG*: *IBBA, favor confirmar threshold*.]**

cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) de forma onerosa, cujo produto seja integralmente utilizado na aquisição, pela Companhia, de novo(s) ativo(s); ou

por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor, individual ou agregado, somado ao valor das vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 10% (dez por cento por cento) do ativo total da Companhia, conforme o caso, com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas;

constituição ou outorga, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, a qualquer tempo de quaisquer garantias reais, incluindo hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus") sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto:

se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

por Ônus existentes na Data de Emissão;

por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;

por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada Relevante, até o montante, individual ou agregado, de R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo, inciso XVII; **[*Nota PG*: *IBBA, favor confirmar threshold*.]**

por Ônus constituídos para financiar a aquisição ou construção, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido ou construído;

por Ônus constituídos sobre valores recebidos em contrapartida à venda de qualquer ativo, desde que tal Ônus seja constituído exclusivamente para garantir eventuais contingências relacionadas ao ativo vendido;

por Ônus constituídos em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas (*performance bond*), até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;

por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos;

por Ônus constituídos no âmbito de qualquer financiamento, direto ou indireto, com data de vencimento igual ou posterior à Data de Vencimento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ou qualquer outra instituição financeira de fomento, desenvolvimento ou organização multilateral, nacionais ou estrangeiras(os);

por Ônus constituídos sobre ações representativas do capital social de Controladas da Companhia, desde que em garantia de financiamentos contratados pela Companhia e/ou tais Controladas sob a modalidade "*project finance*"; ou

por Ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas; **[*Nota PG*: *IBBA, favor confirmar threshold*.]**

extinção, suspensão ou transferência (total ou parcial) de qualquer concessão, permissão ou autorização outorgada à Companhia e/ou suas Controladas Relevantes, ou intervenção, pelo Poder Concedente, em qualquer concessão, permissão ou autorização outorgada à Companhia e/ou a qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto:

se tal evento não resultar em qualquer efeito adverso relevante na situação financeira ou de outra natureza, nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e de suas Controladas Relevantes, consideradas em conjunto, que comprovadamente afete de forma relevante, direta e adversamente a capacidade da Companhia de cumprir com qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");

se, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da extinção, suspensão, transferência ou intervenção, a Companhia comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade da concessão, permissão ou autorização em questão, conforme o caso, ou a obtenção de nova concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, em sua substituição;

aqueles que estejam em processo de obtenção ou renovação tempestiva;

pelo decurso do prazo original; ou

no caso de substituição ou desativação de ativos;

desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos que cause um Efeito Adverso Relevante;

distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão; ou (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento; ou

não atendimento, pela Companhia, do seguinte índice financeiro ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Companhia, semestralmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso I, alínea (c), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas relativas a 30 de setembro de 2022: índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes;

observado, para os fins deste inciso XII, que:

(1) "Despesa Financeira" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores divulgadas, o valor constante da rubrica "Despesas Financeiras"; (2) "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas, a Dívida Financeira da Companhia, deduzida do somatório de caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; (3) "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores divulgadas, o lucro líquido (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários) (i) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal lucro líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesa de impostos sobre o lucro líquido; (b) Despesa Financeira; (c) despesa de amortização e depreciação; e (ii) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal lucro líquido, sem duplicidade, da Receita Financeira, incluindo os últimos 12 (doze) meses de EBITDA das companhias que vierem a ser controladas em processos de aquisição/incorporação; e (4) "Receita Financeira" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores divulgadas, o valor constante da rubrica "Receitas Financeiras";

será configurado um Evento de Inadimplemento o não atendimento, por qualquer motivo, do Índice Financeiro em qualquer semestre fiscal, incluindo caso tal não atendimento durante referido semestre fiscal tenha sido causado direta, exclusiva e comprovadamente por alterações ocorridas durante referido semestre fiscal ou o semestre fiscal imediatamente anterior a qualquer dos Contratos Operacionais. Para fins desta Escritura de Emissão, "Contratos Operacionais" significa, coletivamente, enquanto estiverem vigentes, (i) o "Segundo Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural da Malha Sudeste Aditado e Consolidado", celebrado em 1º de agosto de 2007, entre a Petrobras e a Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG"), cedido pela TAG à Companhia em 24 de outubro de 2016; (ii) o "Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural do Gasoduto GASDUC III", celebrado em 1º de dezembro de 2009, entre a Petrobras e a TAG, cedido pela TAG à Companhia em 24 de outubro de 2016; (iii) o "Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural do Gasoduto Paulínia-Jacutinga", celebrado em 1º de dezembro de 2009, entre a Petrobras e a TAG, cedido pela TAG à Companhia em 24 de outubro de 2016; (iv) o "Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural do Novo Sistema de Transporte", celebrado em 1º de dezembro de 2009, entre a Petrobras e a TAG, cedido pela TAG à Companhia em 24 de outubro de 2016; (v) o "Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural do Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté", celebrado em 1º de dezembro de 2011, entre a Petrobras e a TAG, cedido pela TAG à Companhia em 24 de outubro de 2016; (vi) "Contrato para a Locação de Equipamentos e Prestação de Serviços de Apoio Técnico ao Transporte de Gás na Estação de Congonhas para o Gasoduto Rio de Janeiro – Belo Horizonte (GASBEL)", celebrado em 27 de dezembro de 2019, entre a Companhia e Enerflex Energia Ltda.; e (vii) "Contrato para Prestação de Serviços de Apoio Técnico ao Transporte de Gás na Estação de Mantiqueira para o Gasoduto Rio de Janeiro – Belo Horizonte (GASBEL)", celebrado em 21 de fevereiro de 2020, entre a Companhia e Exterran Serviços de Óleo e Gás Ltda.;

caso o Índice Financeiro não seja atendido em qualquer semestre fiscal, a Companhia e suas Afiliadas terão o direito ("Direito de Cura"), a qualquer tempo durante o período entre a primeira data de publicação do edital da primeira convocação e a data prevista de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.1.4 abaixo, de aumentar o capital social da Companhia em dinheiro ("Valor de Cura"), devendo, para tanto, ser encaminhado ao Agente Fiduciário documentação que evidencie o referido aumento de capital na Companhia, e, assim, o cumprimento do Índice Financeiro deverá ser recalculado, observados os seguintes ajustes *pro forma*: a Dívida Financeira Líquida deverá ser diminuída, exclusivamente para fins de determinar o atendimento do Índice Financeiro, incluindo a determinação do atendimento do Índice Financeiro ao final do respectivo semestre fiscal e dos períodos subsequentes aplicáveis que incluam tal semestre fiscal, por um valor igual ao Valor de Cura. Se, após concluir os recálculos acima descritos (mas, para evitar dúvidas, não levando em conta qualquer pagamento imediato de endividamento da Companhia em relação ao mesmo), o requisito do Índice Financeiro for satisfeito, a exigência do Índice Financeiro será considerada satisfeita ao final do respectivo semestre fiscal como se não houvesse não atendimento do Índice Financeiro em tal data, e o não atendimento do Índice Financeiro será considerado sanado para os fins desta Escritura de Emissão. Para fins desta Escritura de Emissão, (a) "Afiliadas" significa, com relação a uma pessoa, as Controladoras, as Controladas e as Coligadas de, e as Sociedades sob Controle Comum com, tal pessoa, (b) "Controladora" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer controladora (conforme definição de Controle), direta ou indireta, de tal pessoa, (c) "Sociedade Sob Controle Comum" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade sob Controle comum com tal pessoa, e (d) "Coligada" significa, em relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade coligada a tal pessoa, conforme definido no artigo 243, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;

não obstante qualquer disposição em contrário, até a Data de Vencimento, o Direito de Cura não poderá ser exercido mais de 4 (quatro) vezes; e

mediante o recebimento pelo Agente Fiduciário de uma notificação da Companhia de que pretende exercer o Direito de Cura ("Notificação de Intenção de Cura") até o 15º (décimo quinto) Dia Útil contado da primeira data de publicação do edital da primeira convocação para a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou até o Dia Útil imediatamente anterior à Assembleia Geral de Debenturistas, dos dois o que for menor, nos termos da Cláusula 6.1.4 abaixo, e desde que o Direito de Cura seja comprovadamente realizado nos termos aqui previstos, os Debenturistas não poderão exercer seu direito de vencer antecipadamente as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.

###### Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

###### Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.6 abaixo, convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, e, exclusivamente no caso do Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 6.1.2 acima, inciso XII, no 30º (trigésimo) Dia Útil contado da data do edital da primeira convocação. No caso de ocorrência do Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 6.1.2 acima, inciso XII, a realização da Assembleia Geral de Debenturistas ficará cancelada de pleno direito caso a Companhia e/ou suas Afiliadas aporte(m) o Valor de Cura, nos termos da Cláusula 6.1.2 acima, inciso XII, alíneas (c) a (e). Se, em qualquer assembleia geral de Debenturistas:

a Assembleia Geral de Debenturistas tiver sido instalada, em primeira convocação ou em segunda convocação, e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou

a Assembleia Geral de Debenturistas tiver sido instalada, em primeira convocação ou em segunda convocação, mas não tiver sido atingido o quórum de deliberação previsto no inciso I acima, o Agente Fiduciário deverá, prontamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou

a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido instalada em primeira e em segunda convocações, o Agente Fiduciário deverá, prontamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

###### Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

###### Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser prontamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração da respectiva série, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração da respectiva série, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes, conforme o caso, sobre o saldo das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, sendo considerada dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

###### A B3 deverá ser notificada pelo Agente Fiduciário sobre o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures na mesma data em que o vencimento antecipado for declarado, de acordo com o disposto nesta Cláusula 6.

# Obrigações Adicionais da Companhia

## A Companhia está adicionalmente obrigada a:

### fornecer ao Agente Fiduciário:

#### na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM ("Auditor Independente da Companhia"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

#### na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente da Companhia, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia");

#### no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados das datas a que se referem as alíneas (a) e (b) acima, relatório específico de apuração do Índice Financeiro, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente da Companhia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

#### no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere a alínea (a) acima, declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) a veracidade e ausência de vícios do Índice Financeiro; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; (iv) que seus bens foram mantidos assegurados nos termos do inciso VIII abaixo; e (v) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;

#### no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes da data de encerramento do prazo para disponibilização, na página do Agente Fiduciário na rede mundial de computadores, do relatório anual do Agente Fiduciário, conforme Resolução da CVM n.º 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 17"), informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter todas as suas Afiliadas e integrantes do bloco de Controle no encerramento de cada exercício social) e demais informações razoáveis e necessárias à realização do relatório que venham a ser solicitados, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

#### no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;

#### no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de (i) qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) qualquer Evento de Inadimplemento;

#### no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause um Efeito Adverso Relevante;

#### no prazo de até 15 (quinze) Dias contados da data de sua ocorrência, informações a respeito de alterações comerciais e/ou estruturais a qualquer dos Contratos Operacionais;

#### no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;

#### no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos, cópia eletrônica (formato PDF) do protocolo para arquivamento desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão perante a JUCERJA;

#### no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, (i) uma via original desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão inscrita(o) na JUCERJA; ou (ii) caso aplicável, uma via original desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão, acompanhada de cópia eletrônica (formato PDF) desta Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento a esta Escritura de Emissão contendo a chancela digital de inscrição na JUCERJA;

#### no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento na JUCERJA, (i) uma via original da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas arquivada na JUCERJA; ou (ii) caso aplicável, cópia eletrônica (formato PDF) da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas contendo a chancela digital de arquivamento na JUCERJA; e

#### no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de destinação dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da destinação dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.5 acima;

### tomar todas as medidas e arcar com todos os custos (a) decorrentes da Emissão e da Oferta, incluindo todos os custos relativos ao depósito das Debêntures na B3; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os Atos Societários; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação e do Escriturador;

### não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social;

### cumprir, e fazer com que suas Controladas Relevantes cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

### cumprir e envidar seus melhores esforços para fazer com que suas Controladas, seus empregados e eventuais subcontratados cumpram, a Legislação Anticorrupção, bem como (a) manter políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) dar conhecimento acerca da necessidade de observância da Legislação Anticorrupção aos profissionais com quem venha a contratar, por ocasião de sua contratação; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário de qualquer ato ou fato que comprovadamente tenha violado a Legislação Anticorrupção. Para fins desta Escritura de Emissão, "Legislação Anticorrupção" significa as disposições legais e regulamentares relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, nacional ou estrangeiros, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado, e, conforme aplicável, o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of* *1977*, o *U.K. Bribery Act* e o *Canada's Corruption of Foreign Public Officials Act*;

### cumprir e, ainda fazer com que suas Controladas cumpram (a) as leis e regulamentos relativos à discriminação de raça ou gênero, inexistência de incentivo à prostituição e/ou a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo ou que de qualquer forma possa infringir os direitos dos silvícolas, bem como ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental"), assim como não adotar ações que incentivem a prostituição, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão; e (b) as demais legislações ambientais e legislações trabalhistas e regulamentações trabalhistas (incluindo, mas não se limitando, aquelas relativas a saúde e segurança ocupacional) não abarcadas pela alínea (a) acima, exceto, no caso desta alínea (b), por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante, zelando sempre para que os trabalhadores da Companhia e suas Controladas estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor e a Companhia e suas Controladas cumpram as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor;

### manter, assim como suas Controladas Relevantes, em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

### manter, e fazer com que suas Controladas Relevantes mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes da indústria em que atua;

### manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

### contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação, o Auditor Independente da Companhia, o ambiente de distribuição no mercado primário (MDA) e o ambiente de negociação no mercado secundário (CETIP21);

### realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão que sejam de responsabilidade da Companhia;

### realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;

### notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;

### convocar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;

### comparecer, por meio de um de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

### sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, cumprir com as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

#### preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

#### submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

#### divulgar, até o dia anterior ao início das negociações das Debêntures, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, (i) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;

#### divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, (i) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;

#### observar as disposições da Resolução da CVM n.º 44, de 23 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 44"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

#### divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Resolução CVM 44 (i) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3;

#### fornecer as informações solicitadas pela CVM;

#### divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado, ainda, o disposto no item (d) acima; e

#### observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, assembleia de titulares de Debêntures; e

### caso uma Controlada da Companhia venha a se tornar uma Controlada Relevante da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, tal Controlada deverá, dentro de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de alteração de seu *status* de Controlada para Controlada Relevante, promover a desoneração de Ônus constituídos sobre seus ativos que representem um montante total agregado que exceda R$[220.000.000,00] ([duzentos e vinte milhões de reais]), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas. **[*Nota PG*: IBBA, favor confirmar threshold]**

# Agente Fiduciário

## A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

### é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;

### está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

### o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;

### esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

### a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

### aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

### conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;

### verificou informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional;

### está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

### não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM 17 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

### não se encontra em qualquer das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM 17;

### não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;

### na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias nas seguintes emissões, não tendo sido verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para as referidas emissões: [***Nota PG: OT, favor revisar as emissões abaixo e ajustar conforme necessário.***]

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 2ª (segunda) |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 5.200.000.000,00 | **Quantidade de ativos:**520.000 |
| **Espécie:** Quirografária | |
| **Data de Vencimento:** 25/04/2023 | |
| **Taxa de Juros:** 109% do CDI no período de 25/04/2018 até 25/04/2023. | |
| **Atualização Monetária:** Não há | |
| **Status:** Ativo | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1ª (primeira) |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.547.187.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1.547.187 |
| **Espécie:** Quirografária | |
| **Data de Vencimento:** 27/04/2028 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,99% a.a. na base 252 no período de 29/04/2021 até 27/04/2028. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** Ativo | |
| **Garantias:** Contarão com garantia fidejussória outorgada pela Nova Transportadora do Sudeste S.A - NTS. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 2ª (segunda) |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.200.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 12.000 |
| **Espécie:** Quirografária | |
| **Data de Vencimento:** 24/05/2024 | |
| **Taxa de Juros:** 106,9% do CDI no período de 24/05/2017 até 24/05/2024. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** Ativo | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** ITAÚSA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 3ª (terceira) |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.300.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 1.300.000 |
| **Espécie:** Quirografária | |
| **Data de Vencimento:** 15/12/2030 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 2,4% a.a. na base 252 no período de 22/12/2020 até 15/12/2030. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** Ativo | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** ITAUSA S.A. | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 4ª (quarta) |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 2.500.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 2.500.000 |
| **Espécie:** Quirografária | |
| **Data de Vencimento:** 15/06/2031 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,4% a.a. na base 252 no período de 29/06/2021 até 15/06/2027. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** Ativo | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Emissora:** ITAUSA S.A. | | |
| **Ativo:** Debênture | | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 4ª (quarta) | |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 1.250.000.000,00 | | **Quantidade de ativos:** 1.250.000 |
| **Espécie:** Quirografária | | |
| **Data de Vencimento:** 15/06/2031 | | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 2% a.a. na base 252 no período de 29/06/2021 até 15/06/2031. | | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | | |
| **Status:** Ativo | | |

### assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares de valores mobiliários em que atue ou venha a atuar como agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série.

## O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua substituição.

## Em caso de impedimentos, renúncia, destituição, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

### os Debenturistas podem substituir o Agente Fiduciário e indicar seu substituto a qualquer tempo após o encerramento da Oferta, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

### caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar prontamente o fato à Companhia e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;

### caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

### será realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ser convocada por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; na hipótese da convocação não ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la; em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório;

### a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de inscrição do aditamento a esta Escritura de Emissão nos termos da Cláusula 2.1 acima, juntamente com a declaração e as demais informações exigidas no artigo 5º, *caput* e parágrafo 1º, da Resolução CVM 17;

### os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

### o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

### o agente fiduciário substituto deverá, prontamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.19 acima e da Cláusula 11.2 abaixo; e

### aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

## Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade: [***Nota PG: OT, favor verificar as cláusulas abaixo e ajustar.***]

### receberá uma remuneração:

#### de R$[12.000,00] ([doze mil] reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;

#### no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como (i) a comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) a execução de garantias, caso sejam concedidas; (iii) a participação em reuniões formais ou virtuais com a Companhia e/ou com investidores; e (iv) a implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (x) das garantias, caso sejam concedidas; (y) prazos de pagamento e (z) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

#### no caso de celebração de aditamentos ao instrumento de emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;

#### os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão;

#### acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IPCA, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e

#### realizada mediante depósito na conta corrente de sua titularidade a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

### a remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função pelo Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Companhia, desde que previamente aprovadas pela Companhia, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Companhia, desde que devidamente comprovadas; e

### no caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos investidores, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos investidores, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

## Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

### exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;

### proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

### renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no artigo 7º da Resolução CVM 17 para deliberar sobre sua substituição;

### conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;

### verificar, no momento de aceitar a função, informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

### diligenciar junto à Companhia para que esta Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam inscritos nos termos da Cláusula 2.1 acima, adotando, no caso da omissão da Companhia, as medidas eventualmente previstas em lei;

### acompanhar a prestação das informações periódicas pela Companhia e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso XVII abaixo, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

### opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;

### solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade onde se situe a sede da Companhia;

### solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa da Companhia;

### convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;

### comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

### manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscreverem e integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

### coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;

### fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;

### comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Companhia, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo obrigações relativas a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Companhia, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data da ciência, pelo Agente Fiduciário, do inadimplemento;

### no prazo de até 4 (quatro) meses contados do término do exercício social da Companhia, divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, e enviar à Companhia para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, descrevendo os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos às Debêntures, conforme o conteúdo mínimo estabelecido no artigo 15 da Resolução CVM 17;

### manter o relatório anual a que se refere o inciso XVII acima disponível para consulta pública em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos;

### manter disponível em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário, agente de notas ou agente de garantias;

### divulgar em sua página na rede mundial de computadores as informações previstas no artigo 16 da Resolução CVM 17 e mantê-las disponíveis para consulta pública em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos; e

### divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na rede mundial de computadores e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.

## No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Resolução CVM 17, incluindo:

### declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

### requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;

### tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

### representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

## O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

## O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, permanecendo sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

## O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.

## A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

## [O Agente Fiduciário declara que tem conhecimento da exceção para a realização da Redução de Capital Previamente Aprovada, de modo que a realização da Redução de Capital Previamente Aprovada nos termos da Cláusula 4.22 acima não configurará Evento de Inadimplemento e independerão de realização de Assembleia Geral de Debenturistas para sua efetivação.]

# Assembleia Geral de Debenturistas

## Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), observado que:

### quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e

### quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, conforme previsto na Cláusula 9.1.1 abaixo, os Debenturistas da respectiva série poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série.

###### Para os fins desta Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série nos seguintes casos: (i) na hipótese prevista na Cláusula 4.11.8 acima; (ii) redução da Remuneração da respectiva série; e/ou (iii) postergação de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão relativos à respectiva série.

###### Os procedimentos previstos nesta Cláusula 9 serão aplicáveis às assembleias gerais de Debenturistas de todas as séries e às assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.

## As Assembleias Gerais de Debenturistas e as Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, ou pela CVM. Para fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significa todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer Coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

## A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas e das Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

## As Assembleias Gerais de Debenturistas e as Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

## A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.

## Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.1 acima e exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas (inclusive aquelas relativas à renúncia ou ao perdão temporário a um Evento de Inadimplemento) dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

###### Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, ou, nos casos previstos na Cláusula 9.1.1 acima, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.11.9 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações extraordinárias facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

## As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre (i) correção de erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (ii) alterações a esta Escritura de Emissão já expressamente permitidas nos termos desta Escritura de Emissão; (iii) alterações a esta Escritura de Emissão em decorrência de exigências formuladas pela CVM, pela B3 ou pela ANBIMA; ou (iv) alterações a esta Escritura de Emissão em decorrência da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas e/ou à Companhia ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

## O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

# Declarações da Companhia

## A Companhia, neste ato, na Data de Emissão, e em cada Data de Integralização, declara e garante que:

### a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de emissor de valores mobiliários sob a categoria "B" perante a CVM;

### está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

### os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou outorgados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

### esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

### exceto pelo disposto na Cláusula 2 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão, à realização da Emissão e da Oferta;

### a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus respectivos ativos;

### está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, nesta data, qualquer Evento de Inadimplemento;

### tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;

### as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

### não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante à Companhia em prejuízo dos Debenturistas;

### os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

### a totalidade dos contratos operacionais de transporte de gás e de operação e manutenção da Companhia em vigor, nesta data, na Data de Emissão e em cada data de integralização, são aqueles listados sob o termo definido "Contratos Operacionais";

### as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquela data e para aquele período e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, conforme aplicável;

### desde a data das mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia divulgadas, não houve qualquer (a) Efeito Adverso Relevante; (b) operação relevante realizada pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (c) obrigação relevante, direta ou contingente, incorrida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (d) alteração no capital social ou aumento no endividamento da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes;

### está, assim como suas Controladas Relevantes, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

### está, assim como suas Controladas Relevantes, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

### possui (seja em nome da Companhia ou em nome de suas Controladas Relevantes), assim como suas Controladas Relevantes, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam em processo tempestivo de emissão, renovação, prorrogação ou transferência para o nome da Companhia, ou cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

### cumpre e envida seus melhores esforços para fazer com que suas Controladas Relevantes, bem como envida melhores esforços para que seus empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome também cumpram, a Legislação Anticorrupção, bem como (a) mantém políticas e procedimentos internos, próprios ou do seu grupo econômico, objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) dá conhecimento acerca da necessidade de observância da Legislação Anticorrupção aos profissionais com quem venha a contratar, por ocasião de sua contratação; e (c) não violou, assim como suas Controladas Relevantes, empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome, a Legislação Anticorrupção;

### cumpre e faz com que suas Controladas cumpram, em todos os aspectos, as leis ambientais, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para a execução de seu objeto social, em especial a Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo;

### cumpre e faz com que suas Controladas cumpram (a) a Legislação Socioambiental, assim como não adota ações que incentivem a prostituição, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão; e (b) as demais legislações ambientais e legislações trabalhistas e regulamentações trabalhistas não abarcadas pela alínea (a) acima, exceto, no caso desta alínea (b), por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante, zelando sempre para que seus trabalhadores e os de suas Controladas estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor e a Companhia e suas Controladas cumpram as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor;

### inexiste, inclusive em relação às suas Controladas Relevantes, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

### não foi condenada definitivamente na esfera judicial por meio de decisão transitada em julgado ou decisão administrativa que não seja passível de judicialização por crime contra o meio ambiente e/ou por questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga à de escravo, ao emprego de silvícolas, ao trabalho infantil e/ou incentivo à prostituição; e

### inexiste qualquer situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

## A Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer danos diretos, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção material de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima. Em caso de discussão em juízo, qualquer pagamento pela Companhia dependerá de decisão judicial não sujeita a recurso dotado de efeito suspensivo.

## Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomarem conhecimento, os Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 acima ou de comunicação escrita individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário) e o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta, na data em que foi prestada.

# Disposições Gerais

## Correrão por conta da Companhia todos os custos comprovadamente incorridos com a Emissão e a Oferta e com a estruturação, emissão, registro, depósito e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, depósitos, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação, do Auditor Independente da Companhia, e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

## Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas (i) no caso das comunicações em geral, na data de sua entrega, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e (ii) no caso das comunicações realizadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

### para a Companhia: [***Nota PG: favor confirmar.***]

Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS  
Praia do Flamengo, 200, 23º andar   
22210-901, Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Alex Monteiro / Sr. Manoel Maria Cardoso  
Telefone: (21) 3250-9200  
Correio Eletrônico: alex.monteiro@ntsbrasil.com / manoel.cardoso@ntsbrasil.com

### para o Agente Fiduciário: [***Nota PG: favor confirmar.***]

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201   
22640-102, Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Antonio Amaro / Sra. Maria Carolina A. Lodi de Oliveira  
Telefone: (21) 3514-0000  
Correio Eletrônico: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

## As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

## Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

## A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.

## Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

## As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil.

## Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538 e dos artigos sobre as diversas espécies de execução (artigo 797 e seguintes), todos do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

## As Partes desde já concordam que esta Escritura de Emissão poderá ser assinada e formalizada fisicamente ou de forma eletrônica, por meio de assinaturas eletrônicas qualificadas dos representantes legais das Partes que sejam titulares de certificados eletrônicos emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, conforme disposto na Medida Provisória n.º 2.220-2, de 24 de agosto de 2001, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.

## Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

## Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura de Emissão eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2022.

(*As assinaturas seguem na página seguinte.*)

(*Restante desta página intencionalmente deixado em branco.*)

*(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Nova Transportadora do Sudeste S.A.", celebrado entre Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)*

Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Cargo: |  | Nome: Cargo: |

Testemunhas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Id.: CPF: |  | Nome: Id.: CPF: |